

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO
CAMPUS VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ENSINO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**CRISTINA MARAFON
LOUHANNA ACIOLY WANDERLEY
PRISCILA WOLFF SAMPAIO**

**PARTICIPAÇÃO POPULAR EM PROCESSOS DE URBANISMO
COLABORATIVO: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DA
ÚLTIMA DÉCADA**

**VÁRZEA GRANDE
2021**

CRISTINA MARAFON
LOUHANNA ACIOLY WANDERLEY
PRISCILA WOLFF SAMPAIO

PARTICIPAÇÃO POPULAR EM PROCESSOS DE URBANISMO
COLABORATIVO: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DA
ÚLTIMA DÉCADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Urbano do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Várzea Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Ma. Janaina Matoso Santos

VÁRZEA GRANDE
2021

Dados internacionais de catalogação na fonte

M298p Marafon, Cristina
Participação Popular em Processos de Urbanismo Colaborativo : Uma Análise de Experiências Brasileiras da Última Década / Cristina Marafon; Louhanna Acioly Wanderley; Priscila Wolff Sampaio – Varzea Grande – MT, 2021.
26 f. : il. color.

Orientador(a) Janaina Matoso Santos
TCC (Especialização). (Especialização em Desenvolvimento Urbano) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, 2021.
Bibliografia incluída

1. Processos Participativos. 2. Urbanismo Colaborativo. 3. Níveis de Participação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário(as): Leila Cimone Teodoro Marques (CRB1-2377)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Campus Várzea Grande
ATA Nº 43/2021 - VGD-ENS/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

ATA DE BANCA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cidade, data e horário	Cuiabá, 13/09/2021, 19:00.	
Local	Campus Várzea Grande, link http://meet.google.com/hti-gzzn-wky	
Discente	Cristina Marafon	
Matrícula	2020113510440161	
Discente	Louhanna Acioly Wanderley	
Matrícula	2020113510440196	
Discente	Priscila Wolff Sampaio	
Matrícula	2020113510440021	
Curso de pós-graduação	Especialização em Desenvolvimento Urbano (Lato Sensu)	
Tipo de Exame	DEFESA	
Título do trabalho	Participação Popular em Processos de Urbanismo Colaborativo: Uma Análise de Experiências Brasileiras na Última Década	
Membros da Banca Examinadora (Informar na frente do nome caso seja participação remota)	Instituição	Examinador
Janaina Matoso Santos	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Presidente
Gabrielly Cristhiane Oliveira e Silva	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Interno
Juliana Dermatini	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Campus Barra do Bugres	Externo
PARECER DA BANCA EXAMINADORA		
Concluídas as etapas de apresentação, arguição e avaliação do trabalho, a Banca Examinadora decidiu pela APROVAÇÃO das discentes neste Exame. Diante da qualidade do trabalho, é sugerido que o mesmo seja encaminhado para publicação. Foi concedido o prazo regulamentar do curso (de 30 dias) para que sejam efetuadas as correções sugeridas pela Banca Examinadora. Para constar, foi lavrada a presente Ata e assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.		
Notas. 1) O Presidente enviará esta ata à Secretaria do curso de Pós-Graduação com as assinaturas eletrônicas em até 48h. 2) Para assinar a ata pelo SUAP o Examinador Externo deve estar cadastrado no Módulo Administração - Prestador de Serviço. 3) O título de conclusão do discente será expedido após o discente cumprir todas as normativas do Curso e do IFMT.		

Documento assinado eletronicamente por:

- Janaina Matoso Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/09/2021 20:29:33.
- Gabrielly Cristhiane Oliveira e Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/09/2021 20:31:59.
- Juliana Demartini, Juliana Demartini - Membro de banca de pós-graduação - Universidade do Estado de Mato Grosso (1), em 13/09/2021 20:32:15.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/08/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 226984
Código de Autenticação: 5a65399c06



**PARTICIPAÇÃO POPULAR EM PROCESSOS DE URBANISMO
COLABORATIVO: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DA
ÚLTIMA DÉCADA**

Cristina Marafon*

Louhanna Acioly Wanderley**

Priscila Wolff Sampaio***

RESUMO

Diante da ausência do Estado nos espaços públicos, principalmente nos territórios periféricos, têm surgido iniciativas de coletivos, organizações, extensões universitárias, entre outros, com o objetivo de promover intervenções de urbanismo colaborativo, termo cunhado recentemente, que tem como premissa o protagonismo da comunidade. Nesse contexto, este trabalho analisa, através de uma entrevista semiestruturada, 10 projetos participativos espalhados no território brasileiro realizados entre os anos de 2014 e 2020 com a participação de uma equipe técnica. Os projetos foram analisados por fases: mobilização, elaboração do projeto de intervenção, gerenciamento do projeto, execução e manutenção. A partir das categorias de análise identificadas, classificou-se as intervenções em níveis de participação seguindo o proposto por Bordenave (1994). Identificou-se que a comunidade ainda possui pouca autonomia nas fases dos processos participativos, ficando a cargo da equipe técnica as maiores orientações e decisões. No entanto, a fase de manutenção apresentou um maior nível de participação, atingindo a autogestão, o que demonstra os impactos positivos que as intervenções geraram nas comunidades. Tais ações, mesmo que ainda na escala da microparticipação, são fundamentais para estimular a macroparticipação, onde a participação social pode acontecer.

Palavras-chaves: Processos participativos. Urbanismo colaborativo. Níveis de participação.

**PUBLIC PARTICIPATION IN COLLABORATIVE URBAN DESIGN: AN
ANALYSIS OF BRAZILIAN EXPERIENCES OVER THE LAST DECADE**

Abstract

Given the absence of the State in public spaces, especially in peripheral territories, initiatives by collectives, organizations, university extension, among others, have emerged to promote collaborative urban design interventions, a recently coined term whose premise is the leading role of the community. In this context, this work analyzes, using a semi-structured interview, ten participatory projects executed in Brazil between 2014 and 2020, with the participation of

a technical team. The projects were analyzed by phases: mobilization, elaboration of intervention's project, management, execution, and maintenance. Based on the categories of analysis identified, the interventions were classified by levels of participation, following the proposed by Bordenave (1994). The work identified that the community still has limited autonomy in the phases of the participatory processes, being the technical team responsible for providing guidance and making the most relevant decisions. However, the maintenance phase presented a high level of participation, in which self-management was achieved, demonstrating the interventions' positive impact on the community. Such actions, even on the scale of micro-participation, are essential to stimulate macro-participation, where citizen participation can occur.

Keywords: Participatory processes. Collaborative urban design. Levels of participation.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira aponta a participação como um ponto fundamental no planejamento urbano, resultado da luta de movimentos e organizações populares em prol da reforma urbana. Contudo, isso não tem garantido a participação popular nas decisões políticas quanto ao planejamento e projeto urbano, uma vez que a participação institucionalizada tende à reprodução das desigualdades existentes na sociedade (MORONI, 2012).

Nesse contexto, têm surgido iniciativas de movimentos, organizações, extensões universitárias, dentre outros, para promoção de intervenções participativas no espaço urbano. Tais iniciativas integram o urbanismo colaborativo, termo cunhado recentemente, que tem como premissa o protagonismo da população em intervenções urbanas (LANER, 2017) de baixa e média complexidade, voltadas à implementação em espaços públicos destinados ao lazer. Além dos ganhos advindos da melhoria do espaço físico das áreas de intervenção, essas ações promovem o desenvolvimento social, uma vez que envolvem engajamento, trabalho coletivo e criam espaço para o diálogo, nos quais os participantes têm voz ativa e desenvolvem o sentimento de pertencimento aos locais de moradia, requisitos fundamentais para que as pessoas se vejam como responsáveis e agentes de mudança, aspectos reforçados por Toro e Werneck (1996).

No entanto, ainda são poucas as pesquisas voltadas a analisar a efetividade desses processos e avaliar a participação da comunidade. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar os processos participativos de diversas intervenções realizadas no Brasil entre os anos de 2014 a 2020, identificando os níveis de participação nesses projetos, sendo esse um recorte da pesquisa intitulada "Avaliação de Processos Participativos em Urbanismo Tático a

partir das Ações do Projeto de Extensão *Se Essa Rua Fosse Minha*¹, financiada pelo Instituto Federal De Mato Grosso-IFMT, *Campus Várzea Grande*. Para delimitação da análise, os projetos selecionados tinham como premissa intervenções que tivessem meios participativos da elaboração à execução, além de serem intervenções em espaços livres públicos de lazer e recreação, com a participação de um grupo com conhecimento técnico, formado por profissionais e/ou estudantes, identificados neste estudo pelo termo “equipe técnica”.

Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: compreender os princípios do urbanismo colaborativo e de processos participativos, avaliar os processos participativos aplicados em ações de urbanismo colaborativo, avaliar a efetividade da participação nos projetos, levantar a percepção da equipe técnica acerca dos processos participativos implementados nos projetos investigados e identificar os níveis de participação em cada fase.

O presente estudo é relevante para identificar a efetividade da participação popular nos processos de urbanismo colaborativo desenvolvidos no território brasileiro, bem como observar obstáculos e potencialidades, a partir dos quais é possível propor diretrizes e parâmetros que auxiliem na construção de processos mais democráticos e que possibilitem a transformação da realidade nas comunidades em que são desenvolvidos.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica para revisão dos conceitos explorados e a entrevista semi-estruturada, além da pesquisa documental para complementação dos dados coletados nas entrevistas. Para a realização da pesquisa foram selecionadas intervenções de urbanismo colaborativo realizadas na última década em espaços livres públicos, executadas por meio de mutirão e com a participação de equipes técnicas.

A partir de informações disponíveis em portais de notícias, revistas de extensão e da indicação de pessoas da área do urbanismo colaborativo, foram identificados 11 projetos, implementados nas cinco regiões brasileiras, que se enquadraram nos critérios propostos. Para a realização da pesquisa, fez-se o contato com as equipes técnicas e realizou-se o convite, sendo esse recusado apenas por um grupo, que alegou não ter disponibilidade. Foi solicitada, então, a indicação de um membro do grupo para representar o projeto de intervenção.

¹ A pesquisa, aprovada pelo Edital IFMT VGD 06/2020, teve como objetivo compreender os elementos que contribuem para uma participação efetiva da população em projetos de urbanismo tático, através da avaliação da atuação do projeto de extensão “Se Essa Rua Fosse Minha (IFMT *Campus Várzea Grande*).

Para subsidiar a avaliação dos projetos foram empregados dois métodos para coleta de dados: um questionário *online* para coleta de informações gerais e uma entrevista semiestruturada, realizada por meio de videoconferência, com a participação das pesquisadoras e do membro da equipe indicado. A entrevista foi composta por perguntas abertas e fechadas, a fim de levantar a percepção dos entrevistados quanto aos processos empregados e foi estruturada a partir das fases do projeto de urbanismo tático identificadas por Galvão *et al.* (2021), sendo: caracterização da área de intervenção e da comunidade, mobilização, elaboração da proposta, gerenciamento, execução, manutenção e avaliação geral/encerramento.

O projeto foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) por meio do parecer nº 4.480.812. Aos sujeitos de pesquisa, foi garantido o anonimato, assim como solicitada a permissão para gravar a entrevista, condições formalizadas por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Dessa forma, entre os meses de março e junho de 2021, foram realizadas 10 entrevistas através da plataforma *Google Meet*, totalizando 16,5h de entrevistas. As entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2002), constituída por uma pré-análise (leitura das transcrições), seguida da exploração do material (classificação dos projetos em diferentes categorias) e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, relacionando os projetos às leituras realizadas e identificando o nível de participação correspondente a cada fase dos projetos avaliados. A nomenclatura utilizada para a identificação das entrevistas foi a palavra “PROJETO (P)”, seguida do número de ordem da entrevista. Dessa forma, os relatos são apresentados com as descrições Projeto 01 (P01), Projeto 02 (P02) e assim sucessivamente.

APRESENTAÇÃO DO MARCO TEÓRICO

Conceito de Participação

Ao discorrer sobre o significado de participação, Bordenave (1994) destaca a diferença entre fazer parte e tomar parte de uma ação. Tomar parte é um nível mais profundo de participação e envolve uma participação ativa e não passiva. Quando um indivíduo além de ser parte, toma parte de uma causa, sua participação produz impacto direto no que é feito. Nesse sentido, Arnstein (1969) associa a participação cidadã ao poder cidadão. Participar seria, então, a redistribuição de poder, a oportunidade das minorias (“*have-not citizens*”), sistematicamente excluídas dos processos econômicos e sociais, serem incluídas nos processos decisórios, de forma a promover mudanças significativas.

Para Bordenave (1994), a participação ocorre em duas escalas: a microparticipação e a macroparticipação. A microparticipação pode ser entendida pela “associação voluntária de duas ou mais pessoas em uma atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos” (BORDENAVE, 1994, p. 24), exemplos são associações de bairro, grêmios estudantis, sindicatos, etc.. Já a macroparticipação ocorre em um nível mais abrangente, em causa e ações que envolvam toda a sociedade, sendo nessa escala que a participação social ocorre. Dessa forma, a participação social não se restringe ao ativismo imediato, mas está no cerne das estruturas sociais, políticas e econômicas (BORDENAVE, 1994).

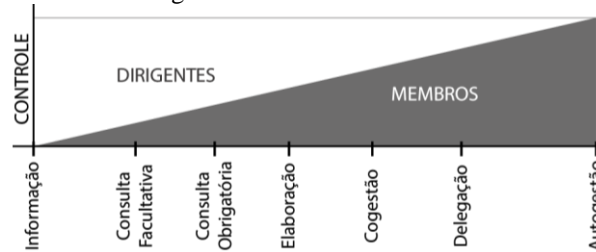
Bordenave (1994) reforça que para a participação social acontecer verdadeiramente, a sociedade precisa fazer parte da produção, gestão e usufruto do bem coletivo, por isso a construção de uma sociedade participativa converte-se em uma utopia. No entanto, a participação na escala micro é um caminho para que se atinja a macroparticipação.

Arnstein (1969) também enfatiza que a participação sem redistribuição de poder é um processo vazio e frustrante, pois não possibilita às minorias a possibilidade de mudanças reais, uma vez que o processo decisório continua alinhado aos interesses dos detentores de poder. Com o objetivo de classificar a participação, Arnstein (1969) apresenta uma escada, composta por oito níveis, que ilustra desde processos não participativos até os mais altos graus de participação. Nos primeiros dois degraus estão os níveis de não-participação, cujo real objetivo é “educar” ou “curar” os participantes (manipulação e terapia). Acima, encontram-se os níveis de tokenismo, processos que propõe espaços em que as minorias podem ser ouvidas, mas que não resultam necessariamente em mudanças, uma vez que o poder de decisão não pertence aos cidadãos (informação, consulta e pacificação). Acima, encontram-se os níveis de poder cidadão (parceria, delegação de poder e controle cidadão).

Bordenave (1994) propõe uma classificação a partir de dois pontos chaves: o grau de controle sobre as decisões e o nível de importância dessas decisões. Referente ao grau de controle, o autor apresenta 7 níveis de participação, ilustrados na Figura 01. O menor grau de controle seria a **informação**, onde os membros são apenas informados sobre as decisões tomadas. Em seguida, há a **consulta facultativa** e **consulta obrigatória**, em que os dirigentes consultam os membros, mas a decisão se mantém a cargo dos dirigentes. O quarto nível, **elaboração**, é referente aos casos em que os membros apresentam propostas que podem ser aceitas ou rejeitadas pelos dirigentes, que devem justificar a sua decisão. Em um grau mais avançado se encontra a **cogestão**, na qual a administração é compartilhada por membros e dirigentes a partir de mecanismos de colegialidade, e a **delegação**, em que os membros possuem

autonomia em campos em que não é necessária a consulta aos dirigentes no processo decisório. Por fim, o grau mais elevado é a **autogestão**, no qual o grupo se organiza sem uma autoridade externa e define seus objetivos e meios de atuação.

Figura 01 - Graus de controle



Fonte: adaptada pelas autoras a partir de Bordenave (1994, p. 31)

Com relação ao nível de importância das decisões, Bordenave (1994) apresenta 6 níveis: formulação da doutrina e da política da instituição; determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias; elaboração de planos, programas e projetos; alocação de recursos e administração de operações; execução das ações e avaliação dos resultados.

Refletindo sobre a participação no contexto de projetos de urbanismo, a classificação proposta por Benetti (2020) apresenta quatro níveis: **participação negada**, na qual não existe qualquer forma de consulta e envolvimento por parte da população; **participação consultiva**, aquela em que as propostas elaboradas são apresentadas à população que se limita a aprovar ou não; **participação ativa**, que prevê um maior envolvimento nas definições da proposta e gestão futura, ainda de forma subordinada; e por fim, a **participação deliberativa**, aquela que as demandas, bem como a elaboração e gestão, vão acontecer a partir dos interesses da população.

A partir da classificação de Benetti (2020) é possível fazer um paralelo das classificações propostas pelos demais autores, uma vez que esta, mais abrangente, englobaria os níveis propostos por Arnstein (1969) e Bordenave (1994). A relação entre os níveis é apresentada do Quadro 01, sendo que o nível de elaboração e pacificação, propostos por Arnstein (1969) e Bordenave (1994), respectivamente, podem caracterizar uma participação consultiva ou ativa, uma vez que o grau de participação depende da qualidade da assessoria técnica independente e da organização comunitária, conforme indicado por Arnstein (1969).

Quadro 01 - Níveis de participação

Arnstein (1969)	Bordenave (1994)	Benetti (2020)
Manipulação/terapia	-	Participação negada
Informação	Informação	Participação consultiva
Consulta	Consulta facultativa Consulta obrigatória	
Pacificação	Elaboração	Participação consultiva / ativa
Parceria	Cogestão	Participação ativa
Delegação de poder	Delegação	
Controle cidadão	Autogestão	Participação deliberativa

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de Arnstein (1969), Bordenave (1994) e Benetti (2020)

Bordenave (1994) destaca, ainda, que a estrutura social tem grande influência na participação, uma vez que uma sociedade dividida por classes não permite que haja interação entre os grupos sociais. Nesse contexto, “a participação será sempre uma guerra a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios” (BORDENAVE, 1994, p. 42). Por isso, a participação popular é resultado da luta e resistência das classes populares. Tais movimentos foram fundamentais para as conquistas no campo do direito à cidade.

A luta pela Reforma Urbana e a Participação Institucionalizada

A década de 1960 contou com um crescimento vertiginoso das cidades, com a migração do campo para o meio urbano, aliados à crise política e econômica, bem como um planejamento urbano regido pela tecnocracia. Em meio a esse período surgiu o movimento pela reforma urbana, que foi abafado no período do regime militar e voltou a ter destaque em 1988, ano da constituinte (ROLNIK, 2009). Junto à mobilização popular atuavam advogados, arquitetos, técnicos e universidades, que exerciam força para ampliação dos direitos humanos e cidadania na formulação da constituição, resultando no capítulo da Política Urbana, os artigos 182 e 183 (ROLNIK, 2009).

A partir de então, a luta passou a ser pela implementação desses direitos assegurados na constituição. Em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo constitucional, trazendo diretrizes e instrumentos para a promoção do direito à cidade, democratização da gestão, dentre outras, e veio acompanhado de ações em âmbito local com diferentes experiências de participação popular e controle social (ROLNIK, 2009).

Tais conquistas foram de extrema importância para o movimento de reforma urbana, que teve como base a mobilização popular, contudo, pouco foi colocado em prática. Mesmo a obrigatoriedade legal de Planos Diretores Participativos não garantiu a participação autônoma das populações mais pobres, a que mais sofre com a precariedade e os problemas urbanos (SOUTO; PAZ, 2012).

Maricato (2000) aponta que o equívoco nos movimentos de reforma urbana foi concentrar sua atuação na produção de legislações, sendo que estas não foram suficientes para enfrentar as contradições e os agentes detentores de poder. Essa reflexão também é realizada por Moroni (2012), ao questionar se os instrumentos participativos teriam potencial para se tornar espaços de enfrentamento das desigualdades ou se acabam por reproduzir as desigualdades existentes no sistema.

Essa insuficiência dos instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade pode ser

explicada por Caldeira e Holston (2004), que destacam a mudança do papel do Estado na produção do espaço urbano após o processo de redemocratização. Enquanto na segunda metade do século XX a produção do espaço urbano foi marcada por um viés modernista, na qual a intervenção do Estado se deu a partir de planos centralizados e pensados como instrumentos de mudança social e desenvolvimento econômico, a partir dos anos 1980 o Estado deixa de produzir diretamente o espaço para ser um coordenador dos interesses e dos atores que se articulam nesse espaço. Muito dessa perspectiva resultou da luta pela reforma urbana, mas o novo papel assumido pelo Estado também possibilitou a ação de interesses privados alinhados à lógica do neoliberalismo e contrários a esses princípios, resultando na privatização do espaço público, segregação socioespacial, desigualdade social e priorizando o lucro imobiliário (CALDEIRA; HOLSTON, 2004).

Neste sentido, Szwako (2012) aponta o desencanto com a participação institucionalizada por parte de atores que participaram do processo da constituinte e das reformas que se seguiram. No entanto, esse desencantamento não resulta no abandono desses espaços, mas numa ressignificação deles, resgatando o sentido utópico da participação, e extrapolando, portanto, a esfera institucional, por meio de ações diretas e de mobilizações, retomando também práticas de formação política e educação popular, de forma a pressionar o Estado a agir (SZWAKO, 2012).

Esse movimento de retomada do sentido utópico da participação, com foco nas atividades de mobilização e ações diretas, também pode ser observado na escala do projeto urbano, com a realização de projetos urbanos participativos de iniciativa popular, que tem se colocado como uma resposta ao abandono dos espaços públicos pelo Estado.

Participação no Projeto Urbano

Ao tratar sobre projeto urbano, Benetti (2020) elenca quatro atores envolvidos nesses processos: o Estado (na esfera local), o mercado, os grupos sociais e os profissionais técnicos. Para Benetti (2020), as políticas e projetos caminham juntos, uma vez que as políticas definem a fonte dos recursos, o direcionamento, elaboração e andamento dos projetos, mas apenas a existência de políticas e projetos não garante a qualidade destes.

Benetti (2020) aponta que as relações entre esses agentes podem se dar em dois sentidos: um autoritário, denominado de “cima para baixo” – situações em que existem recursos e atuação de interesse político, regulamentador, por parte do Estado, porém com uma participação que se limita à aprovação ou não de propostas; e outro mais democrático, de “baixo para cima” – atuação na microescala, que garante a estruturação de uma sociedade participativa. No entanto,

essa atuação não ocorre de forma uniforme no território, sendo diferenciada nos territórios formais ou informais. Ao tratar da relação do Estado com os espaços informais, especificamente as favelas, Benetti (2020, p. 122) destaca que a atuação do Estado nesses espaços não caracteriza uma ausência, mas “uma presença perversa que tolera a existência da favela, embora submeta ao estatuto da ilegalidade e provisoriedade, sem mudar radicalmente sua inserção na sociedade”.

Frente a essa atuação do poder público e o abandono dos espaços públicos periféricos pelo Estado, muitas iniciativas independentes têm surgido de grupos organizados como ONGs, associação de moradores, instituições de ensino, coletivos, entre outros, com o objetivo de promover ações que contribuam para qualificação urbana, mobilização e transformação social. Esse movimento não representa uma negação à ação do Estado, mas se coloca como uma denúncia e surge como um caminho para mobilizar a comunidade e criar possibilidade para uma participação ativa e consciente junto ao poder público.

Essas iniciativas se enquadram na definição de microparticipação de Bordenave (1994), mas possuem potencial para se desdobrar em ações de macroparticipação, além de contribuírem para a efetivação do direito à cidade, defendido por Harvey (2012, p.79) como o “direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”, uma vez que a “transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2012, p. 79). Tais movimentos têm sido conceituados recentemente como Urbanismo Colaborativo e Urbanismo Tático.

O urbanismo colaborativo é um termo recentemente utilizado e denomina a aproximação de cidadãos em decisões coletivas, realçando a autonomia da população na construção coletiva das cidades (LANER, 2017). Desse modo, o urbanismo colaborativo engloba ações colaborativas que tenham a participação e o protagonismo da população em intervenções urbanas e ações de planejamento urbano, pois “pretende intervir na cidade a partir da visão dos próprios moradores, em uma colaboração paralela entre técnicos e cidadão” (LANER, 2017, p. 2).

O urbanismo tático se refere a ações de pequena escala que partam de iniciativa popular, além de caracterizarem intervenções efêmeras e de baixo custo, que, portanto, não têm duração a longo prazo, mas que, pela facilidade de execução, podem ser refeitas e/ou replicadas pelos participantes (FONTES, 2020). Galvão *et al.* (2021) identificaram, nos processos de urbanismo tático, cinco fases: I) mobilização da população; II) elaboração do projeto de intervenção; III) gerenciamento do projeto; IV) execução; e V) manutenção, nas quais a participação da comunidade pode se dar em maior ou menor grau. Essas fases não ocorrem necessariamente de

forma linear, mas acontecem em diferentes momentos do processo, podendo também se dar de forma contínua, como o gerenciamento e a mobilização.

A partir da definição de Laner (2017) e Fontes (2020) entende-se que os dois termos apresentam similaridades por tratarem de intervenções urbanas de iniciativa popular, no entanto, enquanto o urbanismo tático é limitado a ações de baixo custo e efêmeras, o urbanismo colaborativo apresenta uma definição mais geral, podendo englobar projetos de maior complexidade, desde que estes tenham como objetivo a intervenção com a participação da comunidade.

Dessa forma, este trabalho faz referência a projetos de urbanismo colaborativo, uma vez que este abarca também ações de urbanismo tático, pois não restringe a escala de atuação e os recursos utilizados. Outra característica dos projetos analisados é que estes foram realizados em espaços livres públicos, entendido como todos os espaços livres de edificação, sendo que os espaços livres públicos não se restringem a espaços de propriedade pública, mas locais em que ocorrem ações de esfera pública, de apropriação e uso coletivo, sendo que estes ocorrem em sua maioria em espaços de propriedade pública, mas não estão restritas a eles (QUEIROGA; BENFATTI, 2007). Esses espaços se colocam como fundamentais para a qualidade de vida urbana, apresentam potencial para transformações sociais por meio das manifestações culturais, são espaços de discussões políticas, percepção da vida em comunidade e representam um suporte para as relações do cotidiano urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tratar dos níveis de participação, Bordenave (1994) diferencia o grupo dos dirigentes e dirigidos, sendo a influência que cada grupo exerce sobre os processos decisórios o que determina o grau de controle. Ao transpor essa escala para os processos de urbanismo colaborativo, foi possível identificar que o papel dos dirigentes é desempenhado pela equipe técnica, entendida como um grupo externo à comunidade, com conhecimento técnico, seja na área de arquitetura e urbanismo, engenharia, direito, assistência social, dentre outras, e formados por profissionais ou estudantes, enquanto os dirigidos são representados pela comunidade, uma vez que a participação maior dos dirigidos representa uma participação mais efetiva. É importante destacar que a diferenciação entre equipe técnica e comunidade não deveria pressupor uma hierarquia, apenas diferenciar os grupos conforme os conhecimentos e vivências que cada um agrega ao processo, sendo que, em alguns casos, integrantes da comunidade podem possuir conhecimento técnico de forma a auxiliar ou até mesmo fazer parte

da equipe técnica durante o processo.

A partir disso, os projetos foram organizados a partir de categorias de análise a fim de identificar o nível de envolvimento de cada grupo nas fases identificadas por Galvão *et al.* (2021). Dessa forma, a análise é apresentada a partir dos tópicos: caracterização dos projetos; mobilização; elaboração da proposta; gerenciamento; execução; manutenção; e avaliação geral.

Caracterização dos projetos

Foram criadas categorias que elencam informações gerais sobre os projetos selecionados para análise, com o objetivo de identificar as questões físicas dos locais de intervenção, como condições do espaço e seu uso, assim como informações gerais sobre a comunidade, como questões socioeconômicas. Na figura 02 são apresentadas as categorias de análise utilizadas para a caracterização dos projetos.

Figura 02 - Categorias de análise - caracterização dos projetos

CATEGORIAS	GRUPOS	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10
A) De quem partiu a iniciativa da intervenção?	Equipe técnica	X	X	X	X	X	X	X		X	
	Comunidade								X		X
B) Objetivo da intervenção	Praça, espaço de lazer e recreação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Espaço de circulação (trânsito de pessoas)										X
C) Condições sociais e econômicas das comunidades	Território informal - vulnerabilidade social	X					X	X		X	X
	Território formal - vulnerabilidade social		X	X		X		X			X
	Território formal - renda média/baixa				X				X		
D) Uso do espaço antes da intervenção	Espaço subutilizado	X		X				X		X	
	Espaço minimamente estruturado	X	X		X	X	X		X		
	Espaço não estruturado										X
E) Composição Equipe Técnica	Coletivo com vínculo universitário	X	X	X				X			X
	Coletivo/Organização independente				X	X	X		X	X	
F) Localização dos projetos	Região Sul										X
	Região Sudeste	X		X			X	X		X	
	Região Centro-Oeste		X		X						
	Região Norte								X		
	Região Nordeste					X					

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

A partir das categorias apresentadas, destaca-se que na maioria dos projetos a iniciativa da intervenção partiu da equipe técnica, e estes foram realizados em territórios de vulnerabilidade social, sejam formais ou informais, localidades com maior necessidade de infraestrutura e espaços configurados para lazer e recreação ou circulação. Quanto à composição da equipe técnica, destaca-se que metade dos projetos apresentou vínculo com a universidade, seja ligado às atividades de ensino ou extensão, o que aponta a importância dessas instituições, que cumprem o papel de difundir o conhecimento acadêmico.

Quanto aos usos dos espaços antes da intervenção, observa-se que a maioria já possuía um espaço minimamente estruturado, com alguma configuração e apropriação coletiva, o que pode contribuir para a participação da comunidade, uma vez que se trata de um espaço já utilizado.

Os projetos estão localizados, em sua maioria, na região sudeste, mas estão presentes em todas as regiões brasileiras, o que demonstra a abrangência dessas ações. Quanto ao tempo de realização (Figura 03), os projetos foram agrupados entre aqueles que duraram até 1 mês, de dois a seis meses, sete meses a um ano e mais de um ano, sendo que o Projeto 07 encontra-se pausado devido à pandemia de Covid-19, iniciada em 2020.

Figura 03 - Duração dos projetos



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Mobilização

A mobilização acontece quando há, a partir do interesse de um grupo de pessoas, um objetivo em comum a ser alcançado, que passa a agir em prol de um resultado decidido e desejado por todos (TORO; WERNECK, 1996). Toro e Werneck (1996) apontam dois momentos da mobilização, primeiro o despertar, definido como uma forma de tornar consciente o desejo e a necessidade de mudança; e o segundo se trata de transformar essa consciência em ação. Por fazerem parte de um processo dinâmico, esses momentos podem acontecer simultaneamente, no entanto, no presente trabalho será dado o foco no momento do despertar, que marca o início do processo de mobilização dos projetos analisados.

Sendo assim, a fase de mobilização é um convite à participação. A partir da iniciativa do projeto, seja por parte da comunidade ou da equipe técnica, é realizado um convite aos demais moradores, que pode ser feito de forma direta ou por meio de atividades de aproximação. O convite de forma direta pode ser entendido como um convite direto à ação, ou seja, um convite para o início do projeto, podendo ser realizado por meio de redes sociais, panfletos, carro de som, dentre outras formas. Já as atividades de aproximação são realizadas antes do convite à realização do projeto, através de ações locais como eventos, oficinas e dinâmicas com apoio de instituições ou lideranças locais.

Para compreender a forma com que a mobilização foi executada em cada um dos projetos, foram propostas as seguintes categorias de análise: a) estratégias de mobilização; b) agentes da mobilização; c) meios de comunicação; e d) grau de responsabilidade dos envolvidos. A classificação dos projetos nessa etapa é ilustrada na figura 04.

Figura 04 - Categorias de análise - mobilização

CATEGORIAS	GRUPOS	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10
A) Estratégias de mobilização	Convite direto à ação	X					X		X	X	
	Atividades de aproximação (oficinas e eventos)		X	X	X	X		X			X
B) Agentes da mobilização	Equipe técnica + comunidade organizada				X				X		
	Equipe técnica + comunidade não organizada	X		X		X	X			X	X
	Equipe técnica + comunidade escolar		X					X			
C) Meios de comunicação	Cartazes			X			X			X	X
	Redes sociais	X		X		X			X		
	Veículos com som			X	X						
	Bilhetes		X	X		X		X			
	"Boca a boca"	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Evento escolar para convidar a comunidade							X			
D) Identificar o grau de responsabilidade	Convite é de responsabilidade da equipe técnica associado a instituições ou grupos organizados de fora da comunidade ou não	X	X	X	X			X		X	
	Convite parte da equipe técnica, por meio de estratégias de mobilização, com o objetivo de encontrar apoio da comunidade, porém prevalece a ação da equipe técnica						X				
	Quando a responsabilidade da mobilização acontece em parceria entre a equipe técnica e a comunidade organizada (ongs, coletivos)								X		
	Quando a comunidade se apresenta como co-reponsável pela mobilização inicial e consegue organizar de forma autônoma estratégias e meios de convidar uns aos outros						X				X

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

A partir das categorias propostas, é possível identificar que na fase de mobilização prevaleceram ações da equipe técnica, em sua maioria associadas a atividades de aproximação, sendo que a comunidade se apresenta como um apoio a essas ações, com atuação limitada. O Projeto 05 e o Projeto 10 apresentaram maior autonomia por parte da comunidade, mesmo que esta não estivesse organizada de maneira formal. Nesses projetos, se destacam a iniciativa da comunidade (Projeto 10) e a presença de lideranças que já tinham envolvimento com a área objeto da intervenção (Projeto 05), sendo que a maior participação da comunidade na fase de mobilização teve reflexo nas fases que se seguiram.

Elaboração da proposta

A etapa de elaboração da proposta envolve a análise e proposição de soluções para o espaço, definindo o que será executado. A participação dos usuários nesse processo contribui para uma solução que se aproxima das demandas e desejos daqueles que farão uso do espaço, conforme apontado durante as entrevistas: “dá quase para ver o projeto nos desenhos delas [das crianças]. Claro, com uma linguagem técnica, mas é muito do que elas propuseram” (Projeto 07). Além do potencial de gerar uma resposta mais próxima à realidade, esses processos facilitam a identificação dos cidadãos com os espaços, podendo contribuir para a sua manutenção a partir do uso e apropriação pelos usuários (PEREIRA, 2006).

Esse processo pode ser dividido em três momentos. O primeiro momento constitui uma leitura do espaço e é utilizado para levantar as potencialidades, problemáticas e demandas para o local, denominado aqui de **diagnóstico**. Após o diagnóstico, segue uma fase mais propositiva, de **concepção** do projeto, quando se define o que será feito. O terceiro momento trata-se da **representação**, na qual utiliza-se recursos de representação gráfica, manual ou computacional, para representar e refinar o que será executado.

A partir dessa divisão, foram propostas três categorias de análise: a) tipo de interação ocorrida entre a equipe técnica e a comunidade durante o diagnóstico; b) tipo de interação ocorrida entre a equipe técnica e a comunidade durante a concepção; e c) nível de influência da comunidade no projeto executado. Pela etapa de representação se referir a um trabalho desenvolvido apenas pela equipe técnica, não foi analisada a participação da comunidade nesta etapa. A Figura 05 apresenta as categorias analisadas e a classificação de cada projeto.

Figura 05 - Categorias de análise - elaboração da proposta

CATEGORIAS	GRUPOS	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10
A) Tipo de interação equipe e comunidade - DIAGNÓSTICO	Diagnóstico realizado por meio de observação								X		
	Diagnóstico realizado por meio de observação e conversas com a comunidade	X					X			X	
	Diagnóstico realizado a partir de diversas dinâmicas com a comunidade		X	X	X	X		X		X	X
B) Tipo de interação equipe e comunidade - CONCEPÇÃO	Proposta elaborada exclusivamente pela equipe técnica	X		X			X			X	
	Proposta realizada a partir de uma oficina prática, que incluiu a comunidade e participantes externos		X						X		
	Proposta realizada a partir de diversas oficinas com a comunidade				X	X		X			X
C) Nível de influência da comunidade no projeto executado	A oficina de projeto contou com moradores do entorno, mas esteve limitada por decisões prévias da equipe técnica		X						X		
	A proposta foi apresentada em uma reunião com a comunidade, que pôde opinar	X		X			X			X	
	A síntese da proposta foi apresentada pra comunidade e passou por alterações				X	X		X			X

Fonte: elaborada pelas autoras (2021)

A partir das categorias apresentadas, pode-se observar a predominância da realização de oficinas para a etapa de diagnóstico, o que, além de proporcionar ao arquiteto a compreensão da realidade da comunidade, incentiva a própria comunidade a refletir sobre questões até então ignoradas (ALIPRANDI, 2010), incentivando o pensamento crítico e podendo atuar como um propulsor à macroparticipação, conforme descrita por Bordenave (1994). As oficinas estiveram menos presentes na etapa de concepção, o que impactou no nível de influência que a comunidade teve sobre a proposta final, uma vez que em quase metade dos projetos, esta apenas aprovou o projeto apresentado pela equipe técnica, ainda que neste momento tenha sido criado um espaço de diálogo para possíveis alterações.

Gerenciamento

O gerenciamento do projeto, entendido como a definição de procedimentos, estabelecimento de prazos, cronogramas, aplicação de recursos e delegação de responsabilidade, acontece no decorrer de todo o processo. A inclusão dos usuários na gestão do projeto fortalece o seu caráter participativo, gerando maior autonomia dos participantes, ou seja, aumentando “a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa” (SOUZA, 2015, p. 174).

Para a categorização do gerenciamento, foram elencadas as categorias de análise a seguir: a) tipo de financiamento; b) forma da arrecadação de recursos e/ou materiais; c)

definição da alocação dos recursos; d) definição de cronograma/prioridades; e) participação da comunidade no gerenciamento (Figura 06).

Figura 06 - Categorias de análise - gerenciamento

CATEGORIAS	GRUPOS	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10
A) Tipo de financiamento	Arrecadação de recursos	X	X	X		X					X
	Edital de projetos			X	X	X					
	Patrocínio privado						X				
	Aporte financeiro da comunidade organizada	X							X		
	Emenda parlamentar							X			
	Aporte financeiro da equipe técnica										X
B) Forma da arrecadação de recursos (nos que se aplica)	Responsabilidade da equipe técnica com apoio da comunidade, seja organizada ou não	X	X	X							X
	Realizada pela comunidade e a equipe técnica de forma independente					X					
C) Definição da alocação dos recursos	Exclusivo da equipe técnica	X	X	X	X	X	X	X		X	
	Definida pela equipe técnica com consulta à comunidade organizada								X		
	Definida em conjunto entre equipe técnica e comunidade										X
D) Definição do cronograma e de prioridades	Realizada exclusivamente pela equipe técnica									X	
	Realizada pela equipe técnica com validação junto à comunidade	X	X	X	X	X	X		X		
	Realizada pela equipe técnica com maior participação da comunidade na execução							X			
	Definida em conjunto entre equipe técnica e comunidade										X
E) Participação da comunidade no gerenciamento	Gerenciamento exclusivo da equipe técnica									X	
	Gerenciamento de responsabilidade da equipe técnica com validação da comunidade	X	X	X	X		X		X		
	Gerenciamento de responsabilidade da equipe técnica com maior participação da comunidade no gerenciamento da execução							X			
	Gerenciamento de responsabilidade da equipe técnica, com maior autonomia da comunidade em determinados momentos					X					X

Fonte: elaborada pelas autoras (2021)

Dos 10 projetos analisados, destaca-se a arrecadação de recursos como principal **tipo de financiamento**. A arrecadação foi, em sua maioria, organizada e gerenciada pela equipe técnica com apoio da comunidade, com exceção do Projeto 05 em que a arrecadação foi realizada pela comunidade e a equipe técnica de forma independente, com bastante autonomia por parte da comunidade.

Quanto à **alocação dos recursos**, esta esteve, em sua maioria, a cargo da equipe técnica, apenas o Projeto 08 apresentou uma maior participação da comunidade organizada (ONG), mas estas decisões estiveram limitadas por decisões prévias da equipe técnica, uma vez que o escopo da ação é pré-estabelecido, passando por poucas alterações em suas diversas edições, enquanto no Projeto 10 a alocação dos recursos foi definida em conjunto com a comunidade, num processo aberto, em que houve espaço para proposições.

A **definição do cronograma e das prioridades** foi de responsabilidade da equipe técnica na maioria dos projetos, com validação junto à comunidade, apenas o Projeto 09 não realizou consulta com a comunidade. Por outro lado, o Projeto 07 apresentou momentos de menor e maior possibilidade de participação, uma vez que na primeira parte do processo (elaboração da proposta) as decisões de gerenciamento eram realizadas pela equipe técnica com validação junto à comunidade e no segundo momento (execução), a comunidade teve maior poder de decisão, atuando na definição de meios e estratégias para a execução. No Projeto 10 a definição foi realizada em conjunto com a comunidade, num processo aberto.

A partir das categorias apresentadas, pode-se perceber que na maioria dos projetos o gerenciamento esteve sob responsabilidade da equipe técnica, que apenas validava as decisões junto à comunidade, principalmente para a definição de datas para a realização das atividades de forma a evitar o choque com datas comemorativas.

Execução

A execução é a fase em que se dá a construção do projeto, quando tende a ocorrer um maior envolvimento dos participantes ao longo de todo o processo participativo, uma vez que a maioria das intervenções ocorrem por meio de mutirão. O mutirão, por ser um sistema de ajuda mútua e fortalecimento do coletivo, está sempre presente nas práticas de projetos participativos. A parte mais importante dos mutirões como práticas de execução em projetos participativos é a importância da população se sentir pertencente, o que contribui para uma relação afetiva com o lugar e sentimento de cuidado com o espaço.

Contudo, mesmo que o projeto possua a intenção de ser participativo em todo o processo, acaba concentrando um envolvimento maior apenas na execução, dessa forma os participantes atuam apenas como mão de obra, principalmente quando são apenas guiados pela equipe técnica, ou seja, sem autonomia para fazer proposições e intervenções no modo e organização da execução.

Para analisar como se deu a etapa de execução, foram propostas três categorias de análise: a) estratégia de execução; b) complexidade do projeto; e c) oficina de capacitação, como mostra a figura 07.

Figura 07 - Categorias de análise - execução

CATEGORIAS	GRUPOS	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10
A) Estratégia de Execução	Mutirão com participantes externos	X	X	X			X		X		
	Mutirão com participação da prefeitura em partes estruturais					X		X			X
	Mutirão e mão de obra contratada				X						
	Oficinas para comunidade e aberta a participantes externos									X	
B) Complexidade do Projeto	Baixa: atividades de fácil execução e reprodução e com menos orientação técnica na forma de executar						X		X		
	Média: os que tiveram maior orientação técnica na forma de executar, tal orientação podia vir de equipe técnica ou de próprios moradores que possuíam conhecimento e experiência com obra.	X	X	X	X	X				X	
	Alta: foram os projetos que precisaram de intervenções e infraestrutura que exigiam mão de obra da prefeitura.								X		X
C) Oficina de Capacitação	Com oficina de capacitação			X	X	X	X			X	
	Sem oficina de capacitação	X	X					X	X		X

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Quanto à **estratégia de execução**, pode-se observar que a maior parte dos projetos contou com participantes externos à comunidade e tiveram envolvimento com algum evento ou grupos organizados que contribuíram com conhecimento técnico para auxiliar na execução. Os Projeto 05, Projeto 07 e Projeto 10 precisaram de obras de infraestrutura para viabilizar o

projeto além dos mutirões, destacando a importância do papel do Estado no suprimento de infraestruturas que vão além do que os projetos conseguem abarcar.

Quanto à **complexidade do projeto**, vale ressaltar que nem todos os projetos classificados entre média e alta complexidade tiveram atividades somente nessas duas classificações. A classificação, neste estudo, considera a escala de maior complexidade, pois o objetivo é identificar quais os níveis de complexidade de execução que existiram nos projetos analisados. Como descrito, a maioria dos projetos apresentou média complexidade, ou seja, tiveram atividades na execução que precisaram de maior orientação técnica para serem construídos, tal orientação, em sua maioria, foi direcionada pela equipe técnica, mas houve projetos em que alguns moradores tinham conhecimento técnico necessário para essa execução e puderam contribuir com seu conhecimento (Projeto 01 e Projeto 10). Nesses casos, cria-se uma inversão desse papel da equipe técnica, que nem sempre detém o conhecimento para realizar o que está ali proposto, uma vez que essa equipe técnica não tem, muitas vezes, domínio prático de técnicas de construção. Isso cria uma possibilidade para diminuição da hierarquia entre a equipe técnica e a comunidade, além de possibilitar o protagonismo da comunidade no processo de construção da intervenção.

A terceira categoria de análise na fase de execução foi se houve **oficina de capacitação** durante essa fase. Os mutirões são espaços importantes para troca de conhecimento e aprendizado que pode ser reproduzido em outros projetos, na manutenção, ou ainda virar fonte de trabalho e renda para os participantes. As oficinas de capacitação também são uma importante ferramenta para instruir e incentivar os participantes a conseguirem executar as ações do mutirão, pois por mais simples que sejam, com o auxílio de técnicas de execução podem facilitar e melhorar a construção. Dos projetos analisados nessa categoria, somente quatro tiveram atividades específicas voltadas para capacitação, dentre elas, duas com capacitação voltada à manutenção do espaço.

Manutenção

A manutenção é uma fase primordial em todos os projetos, pois é por meio dela que os projetos executados poderão ser mantidos por mais tempo. A manutenção não está ligada apenas a conservação física dos equipamentos instalados conforme o projeto, como renovação de pintura, poda de árvores, conserto de mobiliários, etc., mas tem ligação direta com o uso coletivo desse espaço. Pereira (2006) aponta que a adoção e apropriação física desse espaço são os mais importantes requisitos para manter a conservação, uma vez que, quando as pessoas se sentem parte do espaço, frequentam e o utilizam com frequência, culminando na noção de

cuidado e conservação do lugar, e isso é possível quando a população participa e se engaja ao longo de todo o processo.

Nesse contexto, analisou-se nos projetos entrevistados as seguintes categorias: a) iniciativa de manutenção; e b) responsável pela manutenção. A figura 08 apresenta as categorias propostas.

Figura 08 - Categorias de análise - manutenção

CATEGORIAS	GRUPOS	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10
A) Iniciativa de Manutenção	Manutenção planejada	X		X				X		X	
	Manutenção sem planejamento prévio, mas inserida ao longo das ações do processo				X	X	X		X		X
	Sem planejamento de manutenção		X								
B) Responsável pela manutenção	Comunidade	X		X	X	X	X	X	X		X
	Equipe técnica		X							X	

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

É possível notar que a maioria dos projetos pensaram na fase de manutenção, mesmo que de forma não organizada, e somente o Projeto 02 não teve um planejamento da manutenção inserido no processo do projeto. Dos projetos que tiveram iniciativas de manutenção, em cinco a iniciativa partiu da própria comunidade. Nessa categoria buscou-se analisar qual o nível de autonomia da comunidade na manutenção, o que se observou é que todos os projetos em que tiveram registro de manutenção o engajamento da comunidade foi alto. Somente o Projeto 02 e o Projeto 09 tiveram a manutenção executada pela própria equipe técnica, sem a participação da comunidade. O Projeto 02 teve uma visita para manutenção dos brinquedos instalados e o Projeto 09 passou um ano prestando manutenção e reparos que a comunidade repassava para a equipe técnica.

Avaliação Geral

A partir das categorias elencadas foi identificado o nível de participação alcançado em cada fase dos processos. Para a definição do nível de participação foram utilizados os graus de controle propostos por Bordenave (1994), uma vez que estes conversam com as escalas propostas pelos demais autores, mas consideram apenas níveis de participação. Foi realizada uma adaptação da escala de Bordenave (1994), unindo as categorias de consulta facultativa e obrigatória, portanto, a escala apresenta seis níveis.

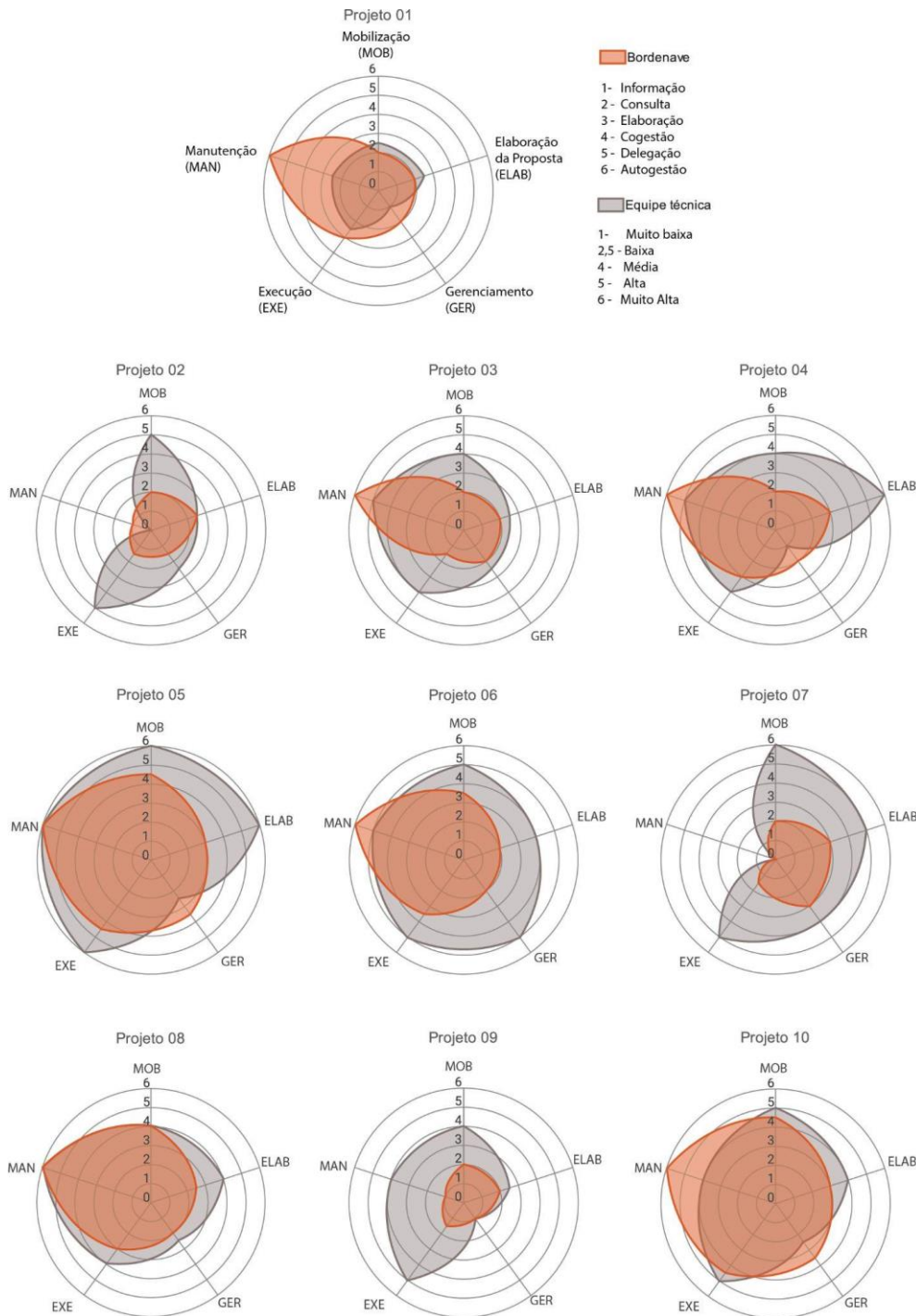
Considerou-se como **informação** os casos em que as decisões referentes a cada fase foram tomadas exclusivamente pela equipe técnica que apenas fazia o repasse à comunidade; na **consulta**, as atividades foram de responsabilidade da equipe técnica com validação junto à comunidade; na **elaboração** foram criados espaços para que a comunidade fizesse proposições; na **cogestão** houve maior poder de decisão por parte da comunidade; na **delegação**, a

comunidade tomou decisões sem consultar a equipe técnica em determinados momentos; e na **autogestão** a comunidade se organizou sem a autoridade da equipe técnica, definindo objetivos e meios.

Além da avaliação do nível de participação, durante a entrevista foi solicitado que os entrevistados avaliassem a participação da comunidade em cada fase do projeto, variando de muito baixa a muito alta. A avaliação da equipe técnica, por se tratar da percepção de cada entrevistado sobre o processo, não foi realizada com o intuito de comparar os processos, mas identificar a maior ou menor participação da comunidade ao longo do mesmo processo, uma vez que se trata de uma avaliação subjetiva.

Dessa forma, a figura 09 apresenta as duas avaliações. Na cor laranja encontra-se a avaliação do nível de participação a partir de Bordenave (1994), enquanto na cor cinza é apresentada a avaliação da equipe técnica. Foi empregado um nível intermediário para os processos que apresentaram predominância de determinado nível, mas com características pontuais de um nível maior de participação (ex: informação/consulta = 1,5).

Figura 09 - Gráfico com Avaliação da participação segundo Bordenave e a Equipe técnica



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Como é possível observar nos gráficos, em geral, na fase de **mobilização**, os projetos apresentaram o **nível de consulta**, com exceção dos Projetos 05, Projeto 06, Projeto 08 e Projeto 10. O Projeto 08 e o Projeto 10 se diferenciam nessa fase, pois a iniciativa do projeto partiu da comunidade, o que envolve uma organização anterior e, por isso, uma participação mais ativa no momento de mobilizar a comunidade. Já o Projeto 05 e o Projeto 06, mesmo que a iniciativa

não tenha partido da comunidade, o forte envolvimento de agentes locais na fase inicial do processo resultou numa participação mais ativa de algumas pessoas da comunidade, dividindo em determinados momentos a responsabilidade com a equipe técnica.

Quanto à **elaboração da proposta**, os projetos apresentaram os níveis de **consulta** e **elaboração**, diferenciados, principalmente, pelo papel exercido pela comunidade na etapa de concepção, em que essa apenas validou o proposto pela equipe técnica ou fez proposições a partir de dinâmicas. Estes níveis também estão presentes no **gerenciamento**, com exceção do Projeto 02 e do Projeto 09, que ainda apresentam muitas características de **informação**, uma vez que todas as decisões referentes à alocação de recursos, cronograma e demais atividades de planejamento foram pensadas exclusivamente pela equipe técnica.

Na fase de **execução**, o Projetos 02, Projeto 03, Projeto 07 e Projeto 09 foram classificados como **informação/consulta**, uma vez que tiveram pouca autonomia da comunidade em relação a forma como seria executado, pois essas decisões eram pensadas exclusivamente pela equipe técnica, sendo que nos casos do Projeto 03 e Projeto 09 houve oficina durante o processo de mutirão para ensino das técnicas de execução. O Projeto 01, Projeto 04 e Projeto 08 foram classificados como **elaboração**, uma vez que a comunidade fazia algumas proposições, mas passava pela equipe técnica a possibilidade de executar ou não. Já o Projeto 05 e Projeto 10 tiveram um nível de autonomia da comunidade maior, mas ainda assim, não como na autogestão, por isso foram classificadas como **cogestão/delegação**.

Os projetos apresentaram, em geral, maior **nível de participação** na fase de **manutenção**. Dos dez projetos analisados, sete apresentaram o nível de **autogestão** nessa fase, com exceção do Projeto 07, que ainda não foi finalizado, e do Projeto 02 e Projeto 09, onde esta fase ainda esteve sob responsabilidade da equipe técnica. Destaca-se que o Projeto 02 e Projeto 09 também apresentaram nível de informação nas fases de gerenciamento e execução, podendo justificar a menor participação na fase de manutenção.

A percepção da equipe técnica, com exceção do Projeto 01, avaliou as fases com uma participação maior em relação à avaliação baseada em Bordenave (1994). A avaliação da equipe técnica se baseia na resposta da comunidade às atividades propostas, seja ela de forma qualitativa ou quantitativa, enquanto a avaliação de Bordenave faz referência às possibilidades de participação, ou seja, ao nível de decisão e controle alcançado pela comunidade em cada fase do projeto. Dessa forma, mesmo que os projetos tenham apresentado um grande número de participantes ou a presença constante destes, isso não significa que o nível de participação seja alto, uma vez que o nível de decisão pode ter ficado restrito à execução das ações.

De forma geral, o nível de participação mais presente nas diversas fases dos projetos foi

a consulta, seguida da elaboração. A partir disso, pode-se verificar uma tendência em validar as decisões junto à comunidade, que em alguns momentos consegue maior participação a partir da criação de espaços abertos a proposições, principalmente aqueles em que são propostas oficinas e dinâmicas. O nível de autogestão esteve presente apenas na fase de manutenção, momento em que a equipe técnica “deixa” o projeto a cargo da comunidade. Depois da autogestão o nível mais alto alcançado foi o de cogestão nas fases de mobilização e execução.

O Projeto 05 e o Projeto 10 apresentaram os níveis mais altos de participação, sendo que o nível mais baixo foi o de **elaboração** na fase de **elaboração da proposta e gerenciamento**, que ainda representa uma participação ativa ao relacionar com a classificação proposta por Benetti (2020). No Projeto 05 destaca-se o fato de que mesmo que a iniciativa tenha partido da equipe técnica, esta encontrou na comunidade lideranças que já realizavam pequenas intervenções no local em que o projeto foi executado, o que resultou numa participação mais ativa desde a fase de mobilização e culminou na organização da comunidade para arrecadação de recursos de forma independente da equipe técnica.

Já no Projeto 10, a iniciativa partiu da própria comunidade, ou seja, o despertar descrito por Toro e Werneck (1996) já havia ocorrido antes mesmo da inserção da equipe técnica no processo, o que demanda um nível de organização e interesse por parte da comunidade, resultando em uma participação ativa desde a fase de mobilização. Ainda no Projeto 10 destaca-se o longo período de trabalho entre equipe técnica e comunidade. No entanto, enquanto o fator tempo pode ser visto por um viés positivo, esse também pode resultar num esvaziamento do processo, uma vez que, conforme descrito por Toro e Werneck (1996), pode ser difícil dar visibilidade aos resultados, mas é importante fazê-lo, pois estes mantêm aceso o entusiasmo daqueles que já estão participando e estimulam a participação de novas pessoas, o que se reflete na fala do entrevistado sobre as dificuldades encontradas no processo: “acho que essa foi uma das dificuldades, conciliar essa urgência com o método que a gente queria aplicar, que era um método de participação mesmo e acho que isso explica os altos e baixos, de momentos de maior empolgação até frustração” (Projeto 10).

Por outro lado, o Projeto 02 e o Projeto 09 apresentaram os menores níveis de participação, com predominância do nível de informação. O Projeto 02 diferencia-se por ter nas crianças o seu público-alvo e ter contado com participantes externos no momento da elaboração e execução, o que resultou em uma maior centralização das atividades na equipe técnica, que em alguns momentos validava as decisões com a comunidade. Já o Projeto 09, no momento do seu início, ainda era incerto a possibilidade de execução da proposta devido à área ser de propriedade privada. Dessa forma, apenas após a anuência dos proprietários a proposta é levada

à comunidade e validada, momento a partir do qual esta é inserida no processo. Esses dois projetos também foram os que apresentaram menor grau de controle na fase de execução e manutenção, podendo ser um reflexo da baixa participação nas etapas anteriores.

Importante notar que mesmo projetos com grau de controle de consulta e elaboração nas outras fases (Projeto 01, Projeto 03, Projeto 04), ainda apresentaram características de autogestão na fase de manutenção e que pode ser alcançada mesmo quando no momento de planejamento a participação da comunidade ainda esteja restrita aos níveis de informação e consulta, pois mesmo que não seja atingido um nível de deliberação, estes processos ainda apresentam maior participação do que as ações do Estado “de cima para baixo”, conforme exposto por Benetti (2020).

A apropriação dos espaços, acompanhada por uma maior autonomia e consciência cidadã, também é considerada por muitos entrevistados o maior ganho do processo: “se mostram muito cidadãs, no sentido de entender que pertencem àquilo e que podem transformar a cidade, transformar o espaço, transformar a si mesmas e se sentindo muito confiantes de que elas também têm direito à cidade, a estar, viver, fazer a cidade” (Projeto 07); “os processos participativos, mesmo no sentido de geração de autonomia, de apoio mútuo entre a comunidade, acho que nessa parte que não é tão material mesmo, que é mais subjetiva, acho que foi o maior saldo” (Projeto 10), “a apropriação das pessoas do espaço [...] tudo isso que tá relacionado a apropriação e a apropriação por consequência também a manutenção do espaço no tempo, independente de outros atores externos” (Projeto 05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O urbanismo colaborativo tem se colocado como uma resposta à ausência do Estado nos espaços públicos, principalmente nos territórios periféricos. Por colocar como premissa a iniciativa e o envolvimento da comunidade nestes processos, se apresenta como um potencial para a transformação social, iniciando movimentos de microparticipação, mas incentivando a reflexão sobre as questões urbanas e sociais, podendo contribuir para movimentos de macroparticipação, conforme conceituados por Bordenave (1994).

Em geral, os projetos apresentaram a arrecadação de recursos como principal fonte de financiamento, seja de forma isolada ou associada a outras fontes, destacando a independência dessas iniciativas. Outro ponto de destaque é a forte ligação das equipes técnicas envolvidas com as universidades, tendo se iniciado junto a programas de extensão ou em iniciativas de ensino, em alguns casos dando continuidade de forma independente. Os projetos, em sua

maioria, são de iniciativa da equipe técnica, mas pode-se notar a iniciativa a partir da comunidade em alguns casos (Projeto 10), o que refletiu em um maior envolvimento da comunidade e possibilitou alcançar a cogestão nas fases de mobilização e execução, contribuindo para evitar a manipulação do processo por parte daqueles que detém o conhecimento técnico (PEREIRA, 2006), além de ser um importante meio de reforçar a cidadania (SOUZA, 2015).

Os projetos apresentaram, na sua maioria, os níveis de consulta e informação, o que demonstra, ainda, um maior controle da equipe técnica. No entanto, esse controle não impede a participação da comunidade, uma vez que mesmo projetos que apresentam os níveis de consulta e elaboração durante as fases iniciais, ainda apresentam grande apropriação da comunidade, que tem maior papel na fase de manutenção. Dessa forma, mesmo que não apresentem os graus mais altos de controle propostos por Bordenave (1994) durante à totalidade do processo, ainda se colocam como importantes meios para o envolvimento da comunidade, gerando processos mais democráticos quando comparadas às ações do Estado realizadas “de cima para baixo”, como colocado por Benetti (2020), podendo inspirar uma adaptação na forma de encaminhamento dos projetos de urbanismo convencionais que têm maior capacidade financeira e técnica para promoção de transformações na cidade.

O presente trabalho apresentou indícios de como a participação popular tem ocorrido nos projetos de urbanismo colaborativo no território brasileiro, destacando o maior controle da equipe técnica sobre o desenvolvimento das intervenções, diferente do que é esperado em ações de urbanismo colaborativo, que tem como premissa o protagonismo da comunidade. A maioria dos projetos analisados foram realizados em comunidades não organizadas, e onde a equipe técnica não tinha um envolvimento prévio com os moradores, o que demanda maior mobilização para a realização do projeto, e pode ter refletido nas ações ao longo do processo estarem mais concentradas na equipe técnica. Contudo, quando os entrevistados citaram os maiores ganhos do projeto, cinco citaram o engajamento e o sentimento de união, além da etapa de manutenção ter alcançado o nível de autogestão. Desse modo, tais ações, mesmo que ainda na escala da microparticipação, são um importante estímulo à macroparticipação, onde de fato a participação social pode acontecer.

A partir do material recolhido é possível desenvolver novas pesquisas que busquem associar os níveis de participação alcançados com as metodologias utilizadas, assim como outros fatores, de forma a contribuir para a criação de diretrizes e parâmetros que auxiliem e potencializem esses processos, dando mais espaço e voz às comunidades.

REFERÊNCIAS

- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BENETTI, Pablo. **Desafios para o Projeto Urbano, Metodologia e Conceitos: A necessária constituição de um sujeito político**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. Estado e espaço urbano no Brasil: do Planejamento modernista às intervenções democráticas. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FONTES, Adriana Sansão *et al.* **Urbanismo Tático - Um Guia Para as Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.
- GALVÃO, Polyana *et al.* Processos Participativos nas Fases de Execução de Projetos de Urbanismo Tático. In: Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMT Campus Várzea Grande. **Anais da IV Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Várzea Grande: IFMT, 2021.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- LANER, Izadora Carvalho. O Urbanismo Colaborativo como Caminho de Solução aos Desafios da Cidade. **A Língua que Habitamos**, v. 2, p. 439-447, abr. 2017.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. IN: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORONI, José Antonio. Agendas para a Participação. IN: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Org.). **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. 132p.
- PEREIRA, Raul Isidoro. **O sentido da paisagem e a paisagem consentida**. Tese (Doutorado - Áreas de Concentração: Paisagem e Ambiente). - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2006.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de Espaços Livres Urbanos: Construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 24 - São Paulo - p. 81 - 88 - 2007.
- ROLNIK, Raquel. Democracia no Fio da Navalha: Limites e Possibilidades para a Implementação de Uma Agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 31-50, nov. 2009.
- SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Org.). **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. 132p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2015.

SZWAKO, José. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. IN: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Org.). **Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. 132p.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF: Brasil, 1996.